



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Dos Srs. Túlio Gadêlha, Rodrigo Agostinho e Tadeu Alencar)

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Minoria e de Cultura, destinada a divulgar as riquezas e potencialidades do bioma Caatinga.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, a realização de reunião de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Minoria e de Cultura, destinada a divulgar as riquezas e potencialidades do bioma Caatinga, com a presença dos seguintes convidados:

1. Francinete Francis Lacerda – IPA;
2. Márcia Vanusa – UFPE;
3. Paulo Nobre – INPE;
4. Eduardo Assad – EMBRAPA;
5. Salomão Medeiros – INSA;
6. ASA Brasil – Articulação do Semiárido Brasileiro

JUSTIFICAÇÃO

A Caatinga é um bioma único no mundo e exclusivamente brasileiro, reconhecido como uma das 37 grandes regiões naturais do Planeta, ao lado da



Amazônia e do Pantanal. Discutir a importância desse bioma, bem como a convivência com o semiárido, tem se tornado imprescindível. Constantemente associada à seca, pouca biodiversidade e à pobreza, a realidade da Caatinga é, ao contrário, muito rica, o bioma possui valores ambientais, biológicos, econômicos e culturais relevantes para o país.

Assim como outros biomas, a exemplo da Mata Atlântica e da Mata Amazônica, a conservação da Caatinga tem papel importante para o meio ambiente no combate ao efeito estufa, pois evita a emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera, além da conservação do solo, biodiversidade e da água. Ou seja, possui papel relevante no combate as mudanças climáticas.

A Caatinga também é essencial para o sustento das comunidades tradicionais. Por meio do seu uso sustentável, garante a manutenção das famílias no campo, pois ela é fonte de matérias primas como frutos silvestres, fibras, plantas medicinais, forragem.

A Caatinga ocupa cerca de 11% do território nacional, porém menos de 1% encontra-se protegida em áreas de conservação de proteção integral (como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas), que são as mais restritivas à intervenção humana. Atualmente, mais de 50 % da área de Caatinga já sofreu alterações e desmatamentos, o que acarretou na perda da cobertura vegetal e que ocasionou na diminuição da diversidade. É possível afirmar que a Caatinga é um dos ecossistemas brasileiros mais alterados pelas atividades humanas.

A Caatinga é também, um dos ecossistemas menos protegidos do País. Entre as unidades de conservação federais, a maioria delas enfrenta vários problemas, como a situação da propriedade de terra não resolvida, a falta de recursos financeiros para manutenção das unidades, o desmatamento e a retirada de madeira das áreas protegidas, a ocorrência de queimadas, a presença de caçadores nas reservas, assim como a presença de animais domésticos pastando nessas áreas.

A proteção dos recursos naturais está prevista no Código Florestal, que possui papel importante na definição das restrições de usos e formas de preservação da vegetação existente no território nacional. Promover a conservação da Caatinga não é uma ação simples, visto que muitos problemas precisam ser superados.

Atualmente, a Caatinga engloba os Estados Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Minas Gerais. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região da Caatinga, que possui alto grau de endemismo (cerca de 1/3 de suas plantas e 56% de seus peixes são espécies exclusivas). Ou seja, essa riqueza biológica não pode ser encontrada em nenhuma outra parte do mundo.

Nesse sentido, no caminho de assumir a Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável, observando que as mudanças climáticas, a segurança hídrica e energética, a segurança alimentar, a manutenção da biodiversidade e a riqueza cultural, é preciso discutir e evidenciar o que a Caatinga representa enquanto bioma e a importância de sua preservação.

Pelos motivos explicitados, pedimos o apoio dos ilustres Parlamentares na aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 2019.

Túlio Gadêlha (PDT/PE)
Deputado Federal

Rodrigo Agostinho (PSB/SP)
Deputado Federal

Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE)
Deputado Federal